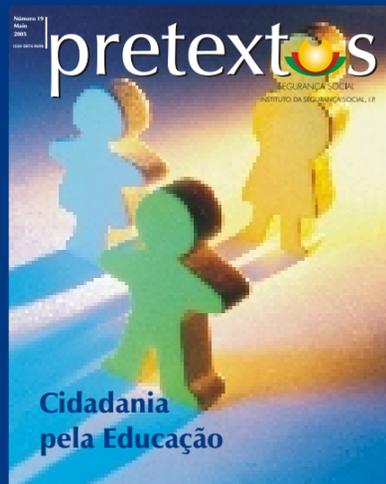


Número 18
Março
2005
ISSN 0874-9698

pretextos

SEGURANÇA SOCIAL
INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.

PRÓXIMO
NÚMERO



O Lado social das Empresas

O título que escolhemos para o n.º 18 da Pretextos "O lado social das empresas" é um tema moderno da maior actualidade que responde, de alguma forma, às mudanças e novos desafios que são colocados às empresas em particular e às organizações em geral.

Responde igualmente ao princípio que "tudo tem a ver com tudo" e que as empresas não são numa ilha e têm assim que responder às novas exigências do mundo que as rodeia e do qual fazem parte, portanto exteriores a elas próprias, e exigências dos seus clientes directos, os seus trabalhadores.

Exigências de carácter técnico, ético e estético. Que significa mais qualidade e competência, com exigências éticas de responsabilidade social e com preocupações de ambiente e de imagem.

A gestão empresarial, se informada pelo espírito de responsabilidade social contribuirá para acrescentar valor à actividade económica da própria empresa com resultados positivos no contexto próximo ou mais vasto, e assim sendo a própria empresa e o seu produto também obterão vantagens.

Dado o facto de em 2005 decorrer o **Ano Internacional do Microcrédito** considerámos importante integrar neste número da revista Pretextos alguns artigos referentes à sua história e percursos no nosso país. Sabemos a enorme importância destas iniciativas junto de pessoas em situação de exclusão que ousam arriscar/ empreender graças a pequenos empréstimos que recebem para o efeito.

Constituindo o Microcrédito uma realidade distinta da Responsabilidade Social Empresas ambos se encontram no ponto em que visam o "lado social" das iniciativas, isto é, que o **acto humano**, seja ele de responsabilidade social das empresas ou de procura de soluções para problemas de pobreza, coloca no centro, **as pessoas, a sua qualidade de vida e felicidade**.

São afinal caminhos possíveis de um percurso que visa o horizonte, sempre difícil de atingir, **de construirmos um mundo melhor, para todos, já hoje, mas sobretudo para o futuro**.

Maria Joaquina Madeira

Vogal do Conselho Directivo do Instituto da Segurança Social, IP.



SEGURANÇA SOCIAL
INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.

MINISTÉRIO DO TRABALHO
E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Edição

Instituto da Segurança Social, I.P.

Rua Castilho n.º 5
1250-066 Lisboa
Tel.: 21 318 49 00 - Fax: 21 318 49 55
e-mail: iss-castilho@seg-social.pt

Distribuição
Gratuita

Tiragem
20.000 Exemplares

Projecto Criativo
VLR-F-Design

CTP, Impressão e Acabamento
SocTip

ISSN 0874-9698

Depósito Legal
n.º 154 679/2000

As opiniões expressas nos artigos não reflectem necessariamente as do editor.

Desenvolvendo ...

- . O microcrédito: uma experiência com futuro 4
- . Responsabilidade social das empresas 8
- . O desafio do desenvolvimento sustentável nas empresas 10

Reportagem/Tema de Fundo

- . Responsabilidade Social das Empresas
- Nova consciência, novas práticas 12

Desenvolvendo ...

- . Salvador Caetano: um exemplo de boa cidadania empresarial 16
- . Para um pacto social em Portugal entre o Estado,
a Administração Pública e as organizações cívicas e solidárias 18
- . Projecto "integrado do Calaico Boticas" 20
- . Promoção do Movimento de Economia Solidária nos Açores 22

Notícias

- . Seminário "Doença de Alzheimer na Família" 24
- . Os Encontros Regionais da Rede Social em 2004 25

Entrou em Vigor

- . Legislação Publicada nos meses de Outubro de 2004
a Janeiro de 2005 26

Tome Nota

- . Bibliografias Temáticas 27
- . Sites 28
- . Novidades Editoriais 29

ISS, I.P. gostava de lhe dizer que 30

O microcrédito: uma experiência com futuro

Manuel Brandão Alves
Presidente da Associação Nacional de Direito ao Crédito



Este foi o título de uma grande conferência, que em Lisboa se realizou no passado mês de Novembro, na qual se fez uma avaliação da actividade do microcrédito, em Portugal, nos últimos 5 anos, e se perspectivaram as suas linhas de desenvolvimento futuro.

Os resultados não podiam ser mais animadores, em primeiro lugar, para aqueles que entenderam apostar o seu tempo neste projecto e, depois, para todos os que acreditam que quando há vontade de fazer da vida uma outra vida, novos futuros podem, para muitos, ser possíveis.

Todos os participantes foram unânimes em reconhecer que o microcrédito não sendo solução para todos que se encontram em situação de exclusão é, para muitos a solução e que os seus resultados devem ser olhados com atenção.

Vejamos, em que consiste o microcrédito, como nos organizamos para o levar até junto daqueles que dele necessitam e quais são os principais resultados que já hoje é possível identificar.

Em que consiste o microcrédito?

A interpretação mais intuitiva é considerar o microcrédito como um crédito (financeiro) de pequena dimensão. Esta é uma interpretação que contém, apenas, uma parte da verdade e, porventura, a sua parte mais pequena. Para além do crédito financeiro, o que mais importa sublinhar é o crédito de confiança que se dá às pessoas, que dele necessitam tanto, ou mais, do que do financiamento, e es-

tão em condições de, a partir dele, poderem gerar frutos.

Do ponto de vista da confiança, o crédito não é um microcrédito, é um macrocrédito. Dar crédito é dar confiança, é acreditar no que as pessoas são capazes de fazer quando se entusiasma com a sua própria vida; é fazer as pessoas acreditar que podem fazer um outro futuro quando tomam a sua vida sob sua responsabilidade. À partida, podem precisar de um pequeno apoio financeiro, podem precisar de quem neles acredite (o nosso macrocrédito de confiança) mas, depois, estão prontas para se lançarem em grandes e sustentáveis aventuras. Por isso, o microcrédito é, mais que o financiamento, é, sobretudo, as pessoas.

O microcrédito não é um subsídio, nem um apoio, nem uma ajuda, nem um crédito fácil; é um contrato exigente entre uma instituição e alguém que contrai um pequeno empréstimo bancário para, com os seus saberes, a sua energia e a sua persistência, fazer de um pequeno negócio o negócio da sua vida, trazendo ao seu agregado familiar mais rendimentos, mais alegria de viver e a satisfação de poder dizer que é capaz de amortizar o compromisso assumido.

O caminho do microcrédito é o caminho dos audazes, é exigente, é difícil e, também frágil. Se ficassem desamparados, muitos dos seus beneficiários poderiam encontrar-se em situação de não retorno. Por isso, o crédito financeiro é apenas a pequena parte da história.

Quem pode, então, ter acesso ao microcrédito?

Na nossa sociedade, infelizmente, muitos. Ele não é, no entanto, para todos; é apenas para os que forem capazes de satisfazer as seguintes condições:

1. Estarem numa situação de desemprego, em risco de desemprego ou sem trabalho;
2. Terem uma ideia de um negócio a desenvolver, que se revela ter sustentabilidade e que entendem protagonizar (uma boa ideia);
3. Não terem, no passado, incidentes bancários;
4. Não terem acesso aos mecanismos de financiamento bancários normais, quer porque o montante de financiamento solicitado é reduzido, quer porque não estão em condições de poder oferecer garantias

reais sobre o financiamento solicitado;

5. Poderem iniciar o seu negócio com um montante de financiamento limitado⁽¹⁾.

Quando e onde é que tudo isto começou?

Como, em grande medida sucedeu com parte dos fundamentos da civilização ocidental, também esta aventura começou no oriente, mais concretamente no Bangladesh, em meados da década de 70, através da perspicácia de um professor de economia (Muhammad Yunus) que entendeu começar a emprestar reduzidos montantes de dinheiro a pequenos agricultores (mulheres). Surpreendentemente e contrariamente ao que quase todos pensavam, começou a verificar que com pequenos montantes de dinheiro aqueles agricultores conseguiam sair da miséria, criar iniciativas sustentáveis e reembolsar, atempadamente, os empréstimos concedidos.

Mais surpreendentemente, ainda, quando todos pensavam que se tratava de uma excelente ideia, mas para aplicar nos mais pobres dos países do terceiro mundo, em menos de 15 anos ela, qual mancha de óleo, difundiu-se a muitos outros países, implantando-se, solidamente, nos chamados países desenvolvidos de economia

capitalista. O que é que pode explicar este aparente fenómeno?

Nada de muito complicado, apenas a circunstância de, também, nos países ricos continuarem a existir crescentes bolsas de pessoas que os mecanismos normais de funcionamento da sociedade não conseguem integrar. São pessoas que, por uma razão ou outra, se encontraram em situação de marginalidade, que têm capacidade e ideias para desenvolverem e tomarem conta de um negócio que sustente as suas vidas, mas a quem faltam duas pequenas coisas, uma palavra amiga e um pequeno crédito, que as instituições financeiras entendem não ser suficientemente rentável atribuir.

Através de toda a Europa os mais variados grupos de cidadãos organizaram-se para dar resposta a esta insuficiência, criando os mais diversos tipos de instituições que vão desde instituições financeiras dedicadas à prática do financiamento ético, até associações privadas sem fins lucrativos, como é o caso da Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) em Portugal, que iniciou a sua actividade em 1999 e que, hoje, se considera ter atingido uma fase de maturidade na gestão de processos de microcrédito.

O microcrédito: uma experiência com futuro

(continuação)

No ponto seguinte procurarei explicitar como funcionam os mecanismos de atribuição do microcrédito na ANDC.

Como nos organizamos?

Compreender a organização exige compreender os fins que devem ser atribuídos ao exercício do microcrédito.

Numa acepção restrita podemos dizer que a ANDC visa uma função de intermediação entre os potenciais beneficiários do crédito e as instituições de financiamento.

De alguma maneira, podemos dizer que tornamos possível a atribuição de um crédito bancário, àqueles que, à partida, dele estavam excluídos, realizando as tarefas que tornam aquele crédito possível e que os bancos não estavam disponíveis para exercer, por ex., a abertura e análise de dossiers.

A acepção ampla integra a compreensão do microcrédito tal como atrás foi explicitada: fazer do crédito um instrumento para que haja pessoas que, sendo capazes, transformem projectos de vida, precários, em iniciativas sustentáveis, que lhes dão, alegria de viver, rendimentos adicionais, integração na comunidade e sentimento de respeitabilidade.

É nesta perspectiva que a ANDC procura estruturar as suas actividades. Para o efeito dispõe de um corpo de técnicos qualificados, que designamos por Agentes de

Microcrédito (AM), inseridos em estruturas de coordenação adequadas e de um corpo de voluntários que apoiam os primeiros para as mais variadas solicitações: fiscalidade, arquitectura, marketing, jurídica, contabilidade, administrativa, etc.

Uma vez suscitado, por algum potencial beneficiário de microcrédito, um qualquer interesse por este tipo de financiamento, a ANDC recolhe junto do interessado os primeiros elementos de identificação e perfil, nomeadamente o da existência, ou não, de incidentes bancários anteriores. Feita, igualmente, esta despistagem junto da entidade bancária, inicia-se o processo de abertura do dossier administrativo, em que a componente mais importante é o conhecimento do projecto que se pretende realizar (trata-se, ou não de uma boa ideia, de uma ideia sustentável), do empenhamento que o potencial beneficiário dedica à iniciativa que propõe, dos apoios que se espera poder vir a necessitar, sobretudo, durante a fase de lançamento do projecto. Esta componente é uma das fases mais delicadas do processo de atribuição do microcrédito e é seu principal responsável um agente de microcrédito.

Uma vez ultrapassado este percurso, o processo é levado pelo agente de microcrédito a parecer final do seu coordenador (CAM), que após a introdução dos ajustamentos entendidos como adequados o remete para apreciação de uma Comissão de crédito (CC), constituída por

entidades independentes (voluntários) que fazem uma apreciação rigorosa da totalidade do negócio, das condições pessoais e faz a sua aprovação ou rejeição. De algum modo, a seriedade do processo pode ser avaliada pela circunstância de que, apenas, cerca de 20% dos contactos feitos à ANDC são, efectivamente, retidos para efeitos de financiamento.

Se o projecto é aprovado pela CC, este é remetido para a instituição bancária que, após apreciação sumária, procede ao seu financiamento. O negócio é considerado como tendo condições para poder ser implementado e passa a ser objecto de acompanhamento regular e, na medida do necessário, pelo AM.

Os empréstimos concedidos têm, neste momento, um valor máximo de € 5 000 e deverão ser amortizados num máximo de 36 prestações mensais. A taxa de juro praticada anda cerca de 2 pontos percentuais acima da taxa euribor.

Vale a pena, também, explicitar uma palavra sobre a sustentabilidade da própria ANDC. A ANDC vive das contribuições e do esforço dos seus associados, e de um apoio proporcional ao volume de crédito concedido que, através do IEF, o Ministério do Trabalho lhe atribui, a pretexto de que, por via do microcrédito, a ANDC promove, também, a criação de emprego.

Estes financiamentos têm como afectação, o pagamento, do funcionamento da sua máquina administrativa, dos seus trabalhadores e, em certas condições, a constituição e reforço do seu Fundo de Garantia.

O Fundo de Garantia tem como vocação principal poder financiar ao banco, prestações que os beneficiários possam ter deixado de pagar e que a ANDC, pelo conhecimento que tem das características do negócio e do envolvimento pessoal do beneficiário, entende que deve reembolsar o Banco, por considerar que, apesar de alguma ausência temporária de pagamentos, o negócio continua a ser sustentável.

Uma última palavra, dentro deste título, para referir que a ANDC está profundamente envolvida no movimento europeu do microcrédito, fazendo parte da Rede Europeia do Microcrédito (REM) e participando na sua Direcção.

Quais são os resultados?

Esta é, talvez, uma das tarefas mais difíceis com que nos confrontamos na ANDC, não porque eles não existam, ou porque não se disponha de indicadores objectivos que permitam avaliá-los, mas porque, para além do que pode e deve ser avaliado em todas as circunstâncias, há vidas, há satisfações, há dignidades recuperadas, que nenhum indicador quantitativo poderá ser capaz de objectivar.

Apesar disso ficam os que são capazes de se escrever, e entre esses é relevante salientar: o volume de empréstimos, o seu valor, os postos de trabalho criados, as actividades em que se inserem, a sua distribuição geográfica e o seu grau de sucesso.

Desde o início das actividades da ANDC foram financiados cerca de 400 negócios, no valor de cerca de € 1,7 milhões, criando cerca de 470 postos de trabalho, o que significa um multiplicador de emprego de cerca de 1,2. Convém precisar que estes são valores à partida.

Com efeito, muitos dos negócios de microcrédito já hoje se encontram resolvidos, tendo gerado outros negócios mais ambiciosos, que deram origem à criação de um muito maior volume de postos de trabalho. Não poucas vezes os beneficiários do microcrédito não esperam pelo esgotamento das prestações bancárias para lançarem negócios mais ambiciosos:

amortizam as prestações em dívida e partem para dar vida a novas vidas.

São múltiplos os ramos de actividade económica envolvidos pelos negócios do microcrédito. A maior concentração de negócios verifica-se na restauração e comércio alimentar (29%), vestuário, couro e calçado (9%), artesanato e bijuteria (9%), comércio diverso (7%), construção civil (5%), oficinas, reparações e limpezas (4%), etc. Consta-se que é grande o leque de actividades envolvidas mas, também, que giram em torno de actividades não muito sofisticadas. Tem-se, no entanto, vindo a afirmar a tendência para os promotores dos negócios serem dotados de cada vez maiores aptidões e promovendo actividades que exigem a utilização de conhecimentos cada vez mais qualificados.

Em termos espaciais, a maior concentração verifica-se nas duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, com respectivamente, 36 e 14%, mas é possível dizer que a quase totalidade dos distritos do Continente se encontra coberta.

O grau de sucesso do microcrédito pode, também ele, ser avaliado de diversos outros pontos de vista, uns mais mensuráveis que outros. Entre os mensuráveis, o que é mais significativo e nos traz mais regozijo é a circunstância de se poder dizer que o microcrédito ter, apesar de toda a fragilidade social dos meios em que se insere, uma taxa de sucesso (reembolso) de cerca de 80%, o que não é inferior à taxa de sucesso obtida pelas instituições bancárias na concessão de crédito normal.

De entre os que são de mais difícil avaliação, mas em relação aos quais há uma clara sensação de que existe uma positiva contribuição para a integração na sociedade organizada de que não podem deixar de ser mencionados os seguintes: os subsídios a fundo perdido que deixaram de ser pagos, porque se passou a criar o seu próprio rendimento; os custos do funcionamento de instituições, que poderão deixar de ser suportados, porque deixaram de se justificar actividades de subsidição; as contribuições para a segurança social e para os impostos que passaram a ser pagos e que o não seriam se continuassem a receber subsídios; a participação activa na construção de uma sociedade segura em lugar de inserção activa ou passiva em projectos de vida dependentes e factores de insegurança pessoal e colectiva, etc.

Há hoje um sentimento de que o microcrédito está na moda. Não queremos deixar de aproveitar a onda, mas gostaríamos que a consciência dos que cada vez mais reconhecem valor no microcrédito se movesse muito menos porque é moda e muito mais porque o que está em jogo é a vida e a dignidade das pessoas, valores que têm de ser prosseguidos para além de todas as conjunturas.

Uma das condições do cada vez maior sucesso do microcrédito, que não é seu, mas antes da nossa vida organizada, em termos civilizados, terá de ser a promoção da iniciativa e empreendedorismo. Toda a nossa vida colectiva está organizada e orientada para se poderem captar e receber subsídios que são, sem dúvida, necessários, mas que não se pode considerar esgotarem todas as dimensões do nosso desenvolvimento colectivo e individual. Teremos pensado o suficiente sobre a circunstância de que o nosso desenvolvimento tem nos últimos 20 anos dependentes de financiamentos que por todos são assumidos como subsídios comunitários?

Termino com uma outra reflexão e interrogação: porque será que, em Portugal, quem tem um negócio que, por uma razão ou outra, sobra fica votado ao mais completo desamparo, inclusive em termos de reconhecimento social, e quem se encontra numa situação de desemprego tem, pelo menos durante um certo período, acesso a um subsídio, o subsídio de desemprego?

O microcrédito é uma solução, não é a solução para todos os problemas. Há um caminho já feito que nos obriga a já não podermos voltar para trás. Entre outras condições, o seu desenvolvimento será tanto mais potenciado, quanto mais coerentes forem as políticas de emprego e a sua ligação com as políticas sociais, quanto mais coordenadas forem as actividades das organizações que trabalham nestas áreas, através do conhecimento das valências de cada uma, da fluidez de circulação de informação, da cooperação activa, etc.

Há um caminho longo, ainda, a percorrer, mas já é certo que, ainda no caminho, podemos ir recolhendo fruto do caminho já feito.

Notas:

⁽¹⁾ Neste momento, no âmbito da ANDC é, no máximo, de € 5000.

Responsabilidade Social das Empresas

Fernando Ribeiro Mendes
RSE Portugal



Porque começaram a assumir tanta importância operacional as questões da plena Responsabilidade Social das Empresas (RSE)?

Creio que por três ordens de razões.

A primeira é o vazio ético em que caem as empresas quando o seu capital social está repartido entre particulares sem rosto e investidores institucionais sem compromissos duradouros, e se diluíram as dinastias empresariais.

Dominando a rentabilidade de curto prazo, os gestores carecem de ancoragem moral efectiva, com as consequências que alguns casos mediáticos têm ilustrado tão expressivamente.

A segunda ordem de razões decorre da relação cada vez mais complexa das empresas, de todas as empresas com a sociedade envolvente. Há múltiplas partes interessadas na empresa a que a respectiva gestão precisa de dar respostas.

São os seus *stakeholders* todos que nela colaboram, que com ela têm relações comerciais e as comunidades locais em que estão situadas, que desejam cada vez mais qualidade, mais segurança e mais responsabilidade. As empresas não podem senão definir-se elas próprias como "cidadãs".

Por outro lado, o Estado está a recuar em algumas funções sociais, sob pena de esmagar tributariamente as economias. A cidadania empresarial ajuda a que esse recuo se faça sem perda substancial de qualidade de vida nas sociedades.

Finalmente, uma terceira ordem de razões é que, em mercados de consumidores com exigências éticas, a responsabilidade social da empresa se torna um elemento da própria vantagem competitiva das suas estratégias.

Cadeia de responsabilidade

O movimento de responsabilização social da empresa a que se assiste actualmente na Europa e no mundo tem um destinatário importante porventura menos óbvio: as PME.

À partida, as grandes empresas, com maior poder de mercado, tendem a transferir os custos da "sua" responsabilidade para outros, sejam os seus fornecedores, sejam os seus clientes.

Quanto a fornecedores, sabe-se bem como um construtor automóvel, uma cadeia de distribuição ou uma qualquer grande consumidora de *outsourcing* criam pressão enorme relativamente às matérias de qualidade, ambiente e cidadania empresarial sobre as PME que os abastecem.

Quanto aos clientes, os mercados de consumo estão segmentados e não é fácil ao cliente fugir ao impacto dos custos impostos pelo exercício da responsabilidade social, o que sempre facilita a vida das maiores empresas.

Alguma regulação pública é, assim, necessária para repartir com mais equidade os custos da responsabilidade social. Mas, cabe sobretudo ao consumidor aceitar pagar o prémio da RSE de cada cadeia de valor se e só se esta for uma efectiva cadeia de responsabilidade. Acrescem os efeitos da globalização, implicando eventuais "malefícios", seja ao nível ambiental, seja ao nível das condições de trabalho.

Sem a globalização as economias não geram a dinâmica do crescimento económico sustentado. Sem este, as economias ficam condenadas a exportar matérias-primas, trabalho ou produtos de menos valor acrescentado. Por isso, os elevados padrões de responsabilidade social devem funcionar como um dispositivo corrector da globalização, tornando o crescimento amigo do aperfeiçoamento ético dos mercados globais, ou seja, sustentável.

Em Portugal

Muitas empresas que operam entre nós desenvolvem boas práticas de responsabilidade social. Na dimensão interna, a prevenção em segurança e saúde no trabalho tem aumentado; a valorização das qualificações profissionais dos empregados também. Na dimensão externa, as acções de voluntariado e de apoio a causas sociais têm crescido.

São, porém, apenas sinais, por muito animadores que sejam. Precisamos de dar um salto qualitativo na interiorização destas boas práticas pelo tecido empresarial e pelos gestores de topo das empresas, ao nível das opções estratégicas do negócio e ao longo de toda a cadeia de valor em que o desenvolvem.

As políticas públicas podem dar uma ajuda importante, se desenvolverem os incentivos adequados.

É, sobretudo, urgente afastar a ideia ainda persistente de que a responsabilidade social é assunto das grandes empresas exclusivamente. Muitas PME apresentam elevados níveis de responsabilidade e dão-se bem com isso a todos os níveis da sua gestão, porque interiorizaram já nas suas estratégias esta dimensão, tantas vezes induzida pelas grandes empresas que dominam o cluster em que desenvolvem actividade.

Clarificar conceitos, operacionalizar indicadores fiáveis, comunicar adequadamente a RSE, eis o desafio da hora presente.

O movimento de RSE

Um contributo importante para a melhoria dos níveis de RSE em Portugal é dado pelo movimento associativo das empresas com as melhores práticas de RSE.

No caso da Associação a que tenho a honra de presidir, a RSE Portugal Associação Portuguesa para a Responsabilidade Social das Empresas, trabalhamos com o entendimento de que as cadeias de valor lideradas pelas grandes empresas devem ser cadeias de responsabilidade social de associados, fornecedores e clientes.

Estamos, por isso, a desenvolver prioritariamente ferramentas de gestão de cadeia de RSE, incluindo:

- Referenciais para Formação, com vista ao *mainstreaming* da RSE nas ofertas formativas
- Orientações para o processo de desenvolvimento, desde o autodiagnóstico à certificação pela SA 8000 e os Rótulos Sociais
- Referenciais adaptados para elaborar o Relatório Social
- Códigos de conduta e linhas de orientação ética partilhados, a desenvolver com associações sectoriais
- Galardões de Boas Práticas.

Os próximos tempos vão ser decisivos para enraizar no tecido empresarial português as boas práticas de RSE. Não há tempo a perder.

O Desafio do Desenvolvimento Sustentável nas Empresas

Luís Rochartre Álvares
Secretário geral do BCSD Portugal
luis.rochartre@bcdsptugal.org



Em Outubro de 2001, a Sonae, a Cimpor e a Soporcel, empresas associadas ao WBCSD – World Business Council for Sustainable Development, tomaram a iniciativa de fundar o BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (www.bcdsptugal.org), em conjunto com mais 34 empresas de primeira linha da economia nacional, com a missão de transpor para o plano nacional os princípios orientadores do WBCSD, através da liderança empresarial no caminho para o Desenvolvimento Sustentável e fazer com que esta liderança nos negócios seja catalizadora de uma mudança rumo ao desenvolvimento sustentável, promovendo nas empresas a eco-eficiência, a inovação e a responsabilidade empresarial.

O BCSD Portugal vem ganhando espaço de acção, ao conseguir passar a mensagem do Desenvolvimento Sustentável a um número cada vez maior de empresas dos mais variados sectores, contando actualmente com 62 empresas associadas.

A nossa organização tem como objectivos principais:

- difundir e divulgar os princípios inerentes ao Desenvolvimento Sustentável;
- promover a articulação da cooperação entre empresas, governo e sociedade civil, em tudo o que respeita ao Desenvolvimento Sustentável;
- desenvolver actividades de formação que conduzam à comunicação eficaz dos princípios do Desenvolvimento Sustentável;
- definir projectos e recolher case studies que ilustrem e estimulem o Desenvolvimento Sustentável;
- participar e promover actividades específicas das empresas portuguesas relacionadas com o Desenvolvimento Sustentável.

As actividades do BCSD Portugal reflectem a convicção de que o caminho do Desenvolvimento Sustentável é bom para as empresas e que as empresas são boas para o Desenvolvimento Sustentável.

A estratégia que permite às empresas a aplicação de normas de gestão que conduzam ao Desenvolvimento Sustentável, é aplicada no âmbito das suas três vertentes principais: económica, social e ambiental. Sendo que a visão integrada das três vertentes deste conceito é, actualmente, condição determinante para uma correcta abordagem deste novo paradigma da gestão empresarial.

Para o BCSD Portugal a RSE (Responsabilidade Social Empresarial) é o compromisso das empresas em contribuírem para o desenvolvimento económico sustentável, colaborando com os trabalhadores e suas famílias, a comunidade local e a sociedade em geral, de forma a aumentar ou melhorar a qualidade de vida,

nas sociedades nas quais mais directamente actuam.

Sendo a RSE uma questão de valores, as empresas deverão tomar a definição interna destes valores como uma necessidade urgente de reflexão, tornando-se esta reflexão o primeiro passo para a sua aplicação. Focada nestes valores, as abordagens prioritárias deverão ser imprescindivelmente relacionadas com os direitos humanos, os direitos do trabalho, a definição de códigos de conduta, a protecção ambiental, o envolvimento com as comunidades locais e as relações com as mais diversas partes interessadas, com focalização na integração nas suas práticas de *corporate governance*.

Consideramos que uma empresa socialmente responsável, é uma empresa que tem de ter uma estratégia coerente, tendo como base a integridade e valores sólidos a longo prazo. Ficará, desta forma, a empresa salvaguardada quanto aos riscos

que poderão prejudicar a sua imagem e desempenho.

Mas não só, esta salvaguarda é um benefício. A adopção de políticas de RSE permite também, com o alinhamento das metas das empresas juntamente com as da sociedade, não só a manutenção da sua reputação mas também, a manutenção da licença para operar e proporcionar uma redução consequente de custos operacionais.

O BCSD Portugal tem facilitado a cooperação com as empresas membro na divulgação destes compromissos e na partilha de experiências colhidas nessa prática, promovendo uma acção mais organizada a nível nacional e impulsionando uma cultura socialmente responsável nas empresas, e a partir destas a toda a sociedade.

Responsabilidade Social das Empresas

Nova consciência, novas práticas

Jorge Wemans

Jornalista. Associado fundador da Associação Nacional de Direito ao Crédito

e-mail: jorgewemans@hotmail.com

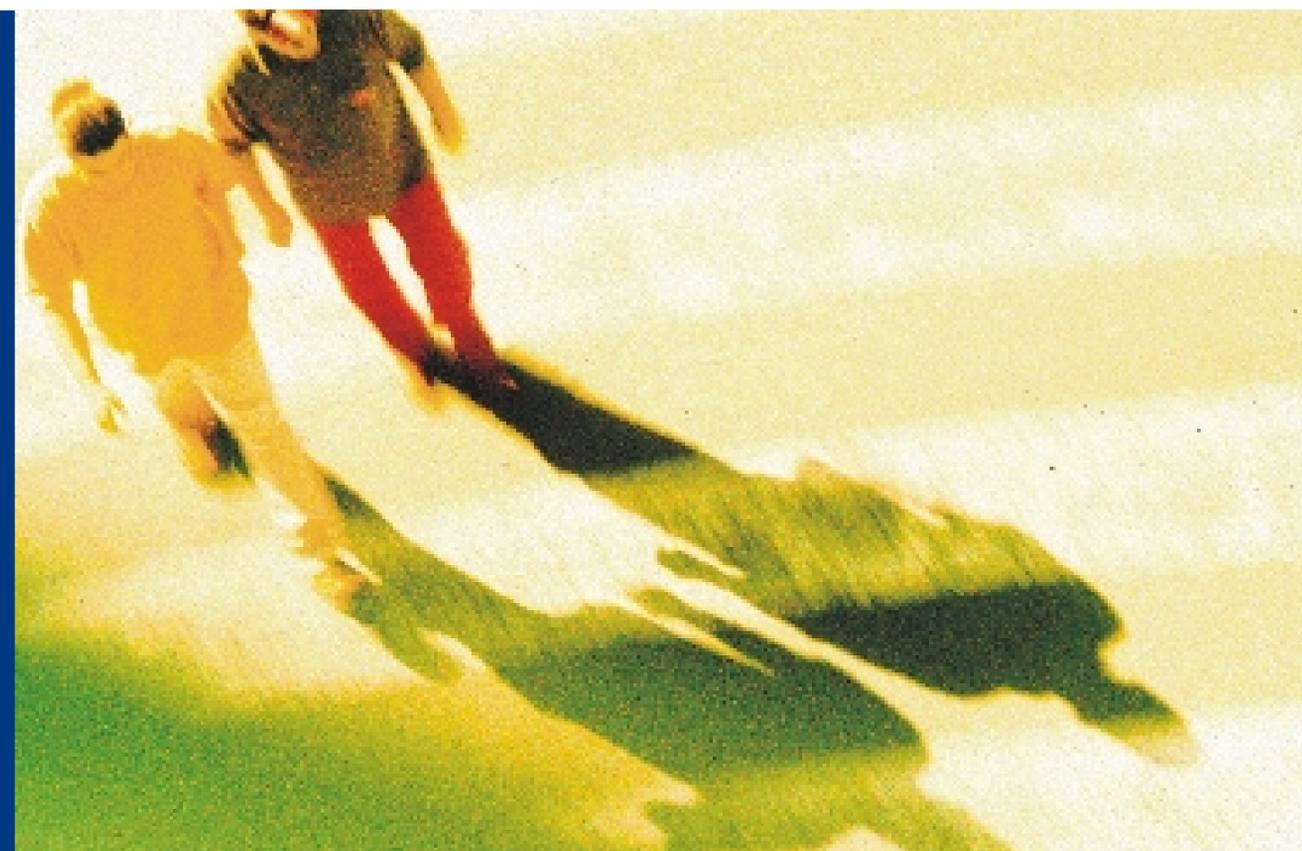
Produzir bens e serviços que satisfaçam os consumidores, criar e manter postos de trabalhos, oferecer boas condições de trabalho e remunerações compatíveis, pagar as taxas e impostos devidos, remunerar os accionistas e garantir o futuro da própria empresa não são aspectos que por si esgotem a responsabilidade social das empresas?

Não, não esgotam. Há um século quase toda a gente diria que sim. Alguns juntariam àque-la lista o dever de partilhar parte dos lucros realizados com a comunidade (local, ou nacional), através de acções de filantropia social ou cultural, mas mais nada. Há umas décadas começou a acrescentar-se aos deveres sociais das empresas o necessário respeito pelo ambiente.

Hoje fala-se de responsabilidade social das empresas. Ao certo que se pretende designar com isso?

A tradição é mais norte-americana do que europeia, mas em 2001 a Comissão Europeia editou um Livro Verde sobre o tema. O que significa que para trás já existiam múltiplos debates, conferências, alguns estudos e muitas referências ao assunto. No plano dos Estados-membros, só para referir dois casos, a Dinamarca havia lançado, no ano de 1994, uma campanha denominada "Uma preocupação comum: a responsabilidade social das empresas" e o Reino Unido tinha mesmo criado, em 2000, a figura do ministro para a Responsabilidade Social das Empresas.

No seu Livro Verde, a Comissão não se preocupa como uma definição muito precisa do conceito. Sintetiza-o afirmando que a Responsabilidade Social das Empresas designa a integração voluntária pelas empresas das preocupações sociais e ambientais nas suas actividades comerciais e nas suas relações com todas as partes envolvidas, entendendo por estas os trabalhadores e suas famílias, os consumidores, o ambiente, os fornecedores e clientes, a comunidade local, os poderes públicos e os Direitos do Homem.



Antes de avançarmos mais, talvez seja importante sublinhar dois aspectos inscritos nesta apresentação do conceito. Primeiro: trata-se de algo que as empresas assumem de livre vontade, para além das leis e regulamentos a que estão obrigadas, mas que não pressupõe que esse nível regulamentar e compulsivo deixe de se desenvolver. Deste ponto de vista, a Responsabilidade Social das Empresas (RSE) é algo que não se substitui à legislação sobre a actividade empresarial, não a pretende suprir, nem dispensar. Situa-se a outro nível de exigência que vai para além das obrigações legais. Em segundo lugar, embora não imediatamente referido na definição inicial proposta pelo Livro Verde, o pano de fundo da RSE é a opção por aceitar uma relação directa entre a actividade da empresa e o desenvolvimento sustentável, procurando que aquela potencie este.

Não quer dizer que com esta relação entre a RSE e o desenvolvimento sustentável tudo se torne definitivamente evidente, porque também sobre o próprio desenvolvimento sustentável várias seriam as abordagens possíveis. Mas uma forma simples do enunciar seria entendê-lo como o desenvolvimento que permite às gerações actuais satisfazerem as suas necessidades sem pôr em causa a mesma possibilidade para as gerações futuras.

O que está em causa

A consciência de onde nasce a RSE não é completamente nova. Sempre houve pensadores e empresários que colocaram a finalidade da actividade empresarial para além da resposta a uma necessidade económica da comunidade e da obtenção de lucros. Porém hoje essa consciência ganhou uma expressão mais clara e consensual à medida que a percepção dos problemas ambientais e a globalização e os fenómenos de desestruturação social que ela provoca foram suscitando uma outra ideia do impacte da actividade económica.

Esta, sobretudo a das grandes empresas multinacionais que mobilizam recursos superiores aos que dezenas de Estados não dispõem em conjunto, tornou-se um vector decisivo para a habitabilidade futura do planeta,

o desaparecimento, ou não, de recursos básicos, para a formação e a qualidade de vida das pessoas. A consciência de que a actividade económica, tanto ou mais do que as leis e as decisões dos Estados, está a definir não só as condições de vida das actuais gerações, mas também as das futuras gerações, introduz novas responsabilidades aos gestores empresariais que não querem "fazer de conta" que são apenas marionetas nas mãos do mercado. E que têm perante eles cidadãos progressivamente mais preocupados com o crescente desequilíbrio de poder, entre o alcance das decisões que eles podem tomar e o impacto das decisões tomadas por um conselho de administração de um grande multinacional.

(..) a Responsabilidade Social das Empresas designa a integração voluntária pelas empresas das preocupações sociais e ambientais nas suas actividades comerciais e nas suas relações com todas as partes envolvidas, entendendo por estas os trabalhadores e suas famílias, os consumidores, o ambiente, os fornecedores e clientes, a comunidade local, os poderes públicos e os Direitos do Homem.(..)

Responsabilidade Social das Empresas

Nova consciência, novas práticas

(continuação)



O conceito da RSE procura concretizar a resposta a estas novas dimensões da actividade empresarial, aceitando que esse tipo de novas preocupações não pode ser satisfeito através de acções reparadoras dos eventuais impactos negativos causados pela actividade da empresa, mas que podem e devem estar presentes na própria concepção do desenvolvimento estratégico do negócio. Para tal, introduz novos interlocutores com voz própria na avaliação dos resultados globais (não só económicos, mas também sociais e ambientais) da empresa e nos seus planos de expansão. Além dos accionistas e dos trabalhadores, a empresa que aceita guiar-se pela RSE, aceita ter de prestar contas – e contas sobre âmbitos que até agora ninguém lhe pedia – àqueles que em português poderíamos designar pelas partes envolvidas referidas no conceito retido pelo Livro Verde da Comissão Europeia.

Novas entidades e novas áreas de prestação de contas passam, assim, a ter que ser tidas em consideração. Deixa de ser suficiente o reporte contabilístico e económico. Não basta tornar público o balanço social da empresa. A RSE impõe, entre outros, a apresentação de um balanço ecológico, a certificação de que fornecedores e clientes são sociedades que respeitam os direitos humanos e as leis laborais, a atenção à palavra dos consumidores e ao impacto social nas comunidades locais em que a empresa desenvolve a sua actividade.

O debate dos últimos anos tem incidido sobretudo no modo de quantificar estes diversos aspectos que a RSE envolve. O mundo empresarial tende naturalmente a reduzir toda a realidade à sua expressão quantitativa, de modo a poder identificar com maior fa-

cilidade tendências, verificar a obtenção (ou não) de objectivos, compara a actividade de umas empresas com outras, etc... etc...

Contudo, alguns dos aspectos envolvidos no conceito de RSE têm carácter qualitativo, mais do que simplesmente quantitativo. Como os medir? Como construir indicadores universalmente aceites que possam julgar o compromisso de uma empresa com a RSE? Se há campos em que tais indicadores começam a ganhar aceitação generalizada, outros há em que ainda muito caminho falta percorrer. Mas também a própria ideia de balanço social das empresas só se consolidou a partir de alguns intentos pioneiros e inicialmente sujeitos a contestação, ou por não abarcarem todos os aspectos significativos da prestação de contas quanto à caracterização da evolução dos recursos humanos, ou por serem demasiado minuciosos....

Que podemos esperar?

A Responsabilidade Social das Empresas comporta muitos movimentos em simultâneo. Desde marcas e sociedades que procuram através dela encontrar rapidamente, mas sem alterarem os seus procedimentos, uma notoriedade e uma aceitação mais imediata por parte dos consumidores, até ao nascimento de consultores e empresas de imagem especializados nesta nova área de comunicação empresarial. Ao mesmo tempo, organizam-se "lobbies", estruturas e centros de debate, produzem-se estudos, divulgam-se boas práticas neste campo e agita-se o tema.

Teremos todos a ganhar algo com todo este processo? Sem dúvida que sim. Não de uma forma linear, mas já ninguém pensa que a história ou o desenvolvimento humano é um contínuo linear. Com avanços e recuos, com alguma dose de oportunismo e bastantes exemplos de genuíno interesse, a RSE é tema sobre o qual progressivamente as empresas, sobretudo as grandes empresas, não podem de, mais cedo ou mais tarde, ter de prestar contas.

No fundo, e fora do quadro legal, ela é uma forma de reequilibrar a relação entre os cidadãos e as empresas e por isso mesmo muitos estudiosos referem a Responsabilidade Social das Empresas como o conceito que ultrapassa a ideia da empresa-filantropa colocando a exigência de esta se entender como empresa-cidadã.

Porém, neste como noutros campos, não basta esperar. É preciso agir para reivindicar que mais empresas adiram a esta forma de se entenderem a si próprias e se obriguem a prestar contas quanto a áreas da sua actividade (e da escolha dos seus investimentos) que até agora mantinham como "assunto exclusivamente interno".

Consumidores mais exigentes e mais informados, capazes de reconhecer em produtos e marcas, empresas que promovem um desenvolvimento sustentado e aquelas que lhes oferecem conforto à custa da degradação das condições de vida das futuras gerações, ou que submetem, noutros países, trabalhadores a sujeições intoleráveis nas sociedades mais desenvolvidas.

Cidadãos que reclamem das empresas atenção especial às transformações que estão a provocar nas comunidades locais em que estão implantadas. Investidores individuais que dirijam as suas aplicações para sociedades que apresentem de forma transparente balanços do que entendem ser a sua Responsabilidade Social.

Ou, ainda, organizações não governamentais que procurem estabelecer observatórios independentes sobre a concretização dos princípios da RSE em casos concretos, são tudo atitudes e iniciativas que podem acelerar a generalização de uma nova consciência sobre a quem tem de prestar contas a empresa do século XXI.

(...)muitos estudiosos referem a Responsabilidade Social das Empresas como o conceito que ultrapassa a ideia da empresa-filantropa colocando a exigência de esta se entender como empresa-cidadã. (...)

Salvador Caetano: um exemplo de boa cidadania empresarial

Luís Freire Andrade
Empresa Salvador Caetano

Há quatro décadas atrás surgia em Portugal, da parte de alguns industriais e gestores, uma certa preocupação social no domínio das relações laborais.

A doutrina social da igreja expressa nas encíclicas papais "*rerum novarum*" e "*quadragesimo anno*", era então, para esse grupo, um verdadeiro código de conduta e a UCIDT união católica dos industriais e dirigentes do trabalho desempenhou um papel importante na sensibilização e formação de muitos dos gestores da década de sessenta.

Recordo que esse facto, conjugado com a força do movimento sindical na Europa, na conquista dos direitos laborais e o estudo e reflexão que os gestores europeus, nomeadamente gestores de recursos humanos, faziam sobre as relações laborais foram três realidades sobre as quais, no meu caso pessoal, serviram de orientação e baliza para a definição do que deveria ser uma política de recursos humanos.

Recordo ainda que foi de um profundo trabalho realizado por um grupo de jovens gestores europeus de então que encontramos a definição da instituição "empresa", que nos acompanhou ao longo dos mais de trinta anos de actividade profissional e que foi adoptada pelo grupo de empresas a que sempre estive ligado.

Dizia-se nesse trabalho que "a empresa é, antes de mais, um conjunto de homens em permanente evolução, com um projecto global, com objectivos económicos, financeiros e humanos que correspondam simultaneamente às necessidades

da colectividade e à exigência do homem".

De facto, se atentarmos bem nesta definição, devemos reconhecer desde logo que mais do que o aspecto economicista, o acento tónico é colocado no conjunto de homens, o activo mais importante das empresas, como agora se diz. Acrescenta-se, porém, que esse conjunto de homens tem duas características dominantes a de estar em permanente evolução que transmite o aspecto dinâmico da empresa, e desse conjunto de homens ter um projecto global identificando-se não apenas com os objectivos económicos e financeiros mas também humanos.

Mais ainda, esses objectivos devem corresponder simultaneamente às necessidades da colectividade e à exigência do desenvolvimento do homem.

Temos, quanto a nós, que esta definição contem a expressão do que podem ser o desenvolvimento de cada uma das diversas políticas, nomeadamente a de recursos humanos numa empresa.

Apesar de todas as alterações verificadas na sociedade, ao nível dos valores, das novas tecnologias, da globalização da economia e do individualismo crescente, continuamos a entender que o homem continua a ser o elemento fundamental da empresa, aquele que determina a diferença entre as empresas, o seu sucesso ou insucesso. Continuamos igualmente a pensar que valores e princípios como os da ética, da moral e da justiça são cada vez mais necessários para a credibilidade

das instituições, o seu crescimento e desenvolvimento harmonioso.

À empresa compete criar postos de trabalho, gerar riqueza e distribuí-la tão equitativamente quanto possível.

Esta é a primeira regra da responsabilidade social da empresa, que só faz sentido quando não procura ser apenas a imagem para o exterior mas, sobretudo e fundamentalmente quando nasce e tem aplicação prática no interior da empresa.

De facto, o homem na empresa, colaborador desta, para além da garantia da preservação da sua dignidade pessoal e profissional, deve ter a possibilidade de realização das suas necessidades e legítimas ambições de desenvolvimento e progressão, bem como de apoio e benefícios correspondentes às possibilidades que a própria empresa disponha e disponibilize.

Feitas estas considerações de carácter geral, procuraremos registar de forma sucinta o que foi a implementação numa empresa grupo de empresas dum política de recursos humanos que teve sempre como base os princípios atrás referidos:

1. A lei e o contrato colectivo de trabalho merecem todo o respeito, sendo assegurado o seu cumprimento em todos os aspectos aí contemplados, dentro da legítima interpretação que assiste à empresa.

2. As condições de trabalho em que o mesmo deve ser executado são desde logo essenciais, pelo que:

- No domínio da higiene e segurança foram criadas e constantemente melhoradas as condições de limpeza, arrumação e organização dos sectores, bem como a instalação de regras e sistemas de segurança colectivos e individuais, bem como a distribuição de equipamento de protecção individual.

- No domínio da saúde, instalaram-se gabinetes médicos para o exercício da medicina do trabalho, medicina preventiva e serviço de enfermagem.

- No domínio da alimentação, foram criadas salas de refeições e de convívio, com instalação de equipamentos para confecção de refeições, de nível elevado.

- Distribuíram-se fatos de trabalho adequados à execução do respectivo trabalho, bem como foram instalados vestiários e balneários, que são preocupação de permanente actualização.

3. A política salarial, tendo como base o estipulado no C.C.T. Como mínimo, assenta numa preocupação de salário "justo" com a criação de uma grelha salarial específica, com níveis e escalões que se cruzam em função do desempenho e do mérito individual e profissional.

4. A participação nos resultados é uma prática da empresa desde longa data. Tendo sido pioneira nesta política, a empresa assenta a sua atribuição em duas vertentes:

- Em primeiro lugar, obtenção de resultados que permitam a sua atribuição.

- Essa atribuição tem como base o desempenho e mérito de cada um na obtenção desses mesmos resultados.

5. Porque a vida de cada um não depende da vontade individual nem da empresa e a sua perda tem consequências por vezes graves, entendemos que deveria ser uma regalia a instituir, como forma de garantir estabilidade a cada um dos colaboradores e prevenir, na medida do possível, as consequências de morte, assegurando o futuro do seu agregado familiar. O mesmo dizemos em relação à invalidez, pelo que foi criado, ainda na década de 70, um seguro de vida para todos os colaboradores equivalente a dois anos de salários no caso de morte natural ou invalidez por doença, duplicando no caso de morte por acidente.

6. A formação constituiu sempre uma das maiores preocupações e apostas da empresa, sendo certo que sempre procurámos que essa formação fosse abrangente e integral e não apenas profissional. Começámos, na década de 70, a pro-

porcionar aos colaboradores que o desejassem, a frequência de cursos tendentes à alfabetização e, mais tarde, o ciclo preparatório.

Paralelamente, desenvolvíamos centros de formação profissional junto das três unidades industriais V.N. Gaia, Ovar e Carregado onde preparávamos jovens profissionais não apenas para a empresa mas também para o mercado de trabalho, bem como formávamos os colaboradores da empresa, reciclávamos ou reconvertíamos sempre que necessário.

Ao longo dos anos, os casos de sucesso são, felizmente, muitos, alguns dos quais tendo iniciado a sua formação na empresa com o ensino básico, são hoje licenciados e ocupam lugares de direcção a nível empresarial.

Os centros de formação foram sempre abertos à comunidade, quer para visitas ou acções de colaboração com escolas e instituições que trabalhassem com jovens em risco, deficientes, etc....

7. A velhice é uma preocupação de todos e de cada um. Entendemos, pois, na década de 80, que deveríamos apoiar essa fase da vida de cada um dos colaboradores prolongando a relação para além do vínculo laboral. Foi assim constituído um fundo de pensões como complemento à reforma oficial.

8. A Fundação Salvador Caetano instituída igualmente na década de 80, constitui a coroa na política social da empresa que, na prática do dia a dia criou uma cultura empresarial possivelmente única a nível nacional.

Com a Fundação Salvador Caetano, com as características que possui, de ser uma instituição cujos beneficiários são os colaboradores e respectivo agregado familiar das empresas do grupo que a ela aderem, pretendemos responder a uma das maiores preocupações das pessoas, mas, também e sobretudo, perpetuar o nome do homem que, tendo criado e impulsionado um dos maiores grupos de empresas em Portugal, nunca deixou de ter uma preocupação de carácter social, a começar pelas empresas a que presidia.

Sem esta visão e preocupação, não nos teria sido possível implementar com algum pioneirismo muitas das políticas e acções de verdadeira responsabilidade social.

A Fundação Salvador Caetano, para além de dois prémios a nível do ensino superior, desenvolve a sua actividade, fundamentalmente:

- No domínio da saúde dos seus colaboradores e agregado familiar, permitindo a livre escolha do médico para consulta e intervenção cirúrgica, assumindo o pagamento de 70% da despesa.

- No domínio da formação, com a atribuição de prémios aos colaboradores que completem qualquer ano curricular de qualquer nível do ensino. Pagamento das propinas e livros aos órfãos de colaboradores.

- Na concessão de subsídios de nascimento, casamento e morte.

Merece particular destaque a criação do Museu Salvador Caetano que, apesar das diversas tentativas junto de entidades públicas, não dispõe ainda de instalações próprias. Contudo, tem já um considerável acervo com dezenas de viaturas (automóveis e autocarros), milhares de fotografias, trofeus, documentos, etc... Prevendo os estatutos que o referido Museu deve situar-se em V.N. Gaia, mantemos a esperança de que as entidades oficiais encontrem lugar condigno para a sua instalação.

Procuramos dar uma ideia sucinta do que foi a implementação dessa política de verdadeira responsabilidade social, sendo certo que essa política atravessou transversalmente outras áreas como a do ambiente e da qualidade.

Ao longo dos anos, mercê destas políticas, ainda que não muito divulgadas, a empresa foi distinguida com alguns prémios e galardões de que muito se orgulha:

- Na década de 70 o "Troféu da Qualidade"
- Na década de 80 "A Empresa com Melhor Clima Social"
- Na década de 90 "Igualdade é Qualidade" (Comissão de Igualdade de Oportunidades)
- Mais recentemente, o prémio "Fórum Ambiente" sector industrial

A nível externo são inúmeras as acções da empresa de verdadeira responsabilidade social/cidadania empresarial.

A nível local das comunidades onde se encontram as empresas, a nível nacional e mesmo a nível internacional.

São áreas privilegiadas de intervenção, a saúde, a deficiência e grandes catástrofes.

Citaremos apenas como exemplo a operação pirâmide, o Hospital Dr. Santos Silva, a Cervivar ou a catástrofe de Moçambique e a causa de Timor.

Aos que tiveram a paciência suficiente para nos ler, pedimo-lhes um último esforço: releiam a definição de empresa que deixámos no início.

Se concluírem ou entenderem que correspondemos ao que aí se preconizava, contribuindo para o sucesso da empresa, cumprimos a nossa missão.

Para um Pacto Social em Portugal entre o Estado, a Administração Pública e as Organizações cívicas e solidárias

Alberto Melo (amelo@ualg.pt)
Universidade do Algarve



Por todo o mundo, e a Europa é aqui um caso paradigmático, se constata que o 3º Sector e os poderes públicos pretendem colaborar de forma mais intensa, com base naquilo que fundamentalmente os aproxima: a necessidade de aprofundar a democracia, estimulando uma cidadania activa, e de manter e aperfeiçoar serviços de interesse geral. São exemplos concretos de uma maior formalização desta "parceria público-privado social" o Compact de 1998, na Inglaterra, a Lei de Governo do País de Gales (1998), a Carta de Compromissos Recíprocos (2001) em França, a iniciativa do Parlamento Federal alemão (1999) para o reforço do envolvimento cívico, o Pacto Associativo na Bélgica (2003-04), o Acordo entre o governo do Canadá e o sector voluntário e comunitário de 2001, e alguns outros⁽¹⁾.

A necessidade urgente de organização interna do Sector

O nosso país dispõe de um "capital social" muito valioso, concretizado no incalculável (e ainda incalculado) valor social e económico das dezenas de milhares de organizações que, a diferentes níveis e em diversos sectores, intervêm na sociedade portuguesa, procurando melhorar o seu quadro de vida e elevar a qualidade de vida, quer da população (e da biosfera) em geral, quer de grupos mais vulneráveis. Sendo esta expressão de cidadania activa e de solidariedade uma das mais valias do nosso país, não se poderá porém ignorar a necessidade, ora sentida, de profundas reformas e medidas de longo alcance, dentro do próprio sector, a fim de garantir uma

maior eficiência e eficácia nas organizações e suas actividades e, paralelamente, de o fazer ganhar mais visibilidade e influência perante os poderes políticos e económicos e a sociedade em geral.

A Iniciativa Comunitária EQUAL foi determinante, nos últimos anos, para conduzir muitas das organizações do sector nas direcções mais adequadas. Assim, o requisito da "Parceria de Desenvolvimento" como unidade de actuação tem sido fundamental para levar as organizações singulares a superarem os seus "egoísmos institucionais", tomando consciência da mais valia do trabalho em rede, quer territorial quer sectorial. Também a dimensão 'empowerment' tem sido essencial para que as organizações interiorizem e apliquem no seu dia-a-dia uma verdadeira democracia, relativamente a parceiros, colaboradores, apoiantes e, sobretudo, beneficiários finais das intervenções. Além disso, constata-se a necessidade premente de uma "visão estratégica" nas organizações, que terão que pensar e intervir enquadradas num "plano territorial de actuação integrada", concebido, negociado, desenvolvido e avaliado dentro de uma "rede territorial de actuação integrada", constituída pelos mais diversos actores representando o próprio sector e os sectores público e privado lucrativo. Requerem-se iniciativas de natureza organizacional a cinco níveis: entre as várias e diversificadas entidades do sector, actuantes num mesmo território; entre as organizações que se especializam em determinado sector de intervenção à escala regional e nacional; entre o 3º Sector e os poderes públicos, quer des-

centralizados (autarquias), quer desconcentrados, quer centrais (executivo e legislativo); entre o sector cívico e solidário e o sector privado lucrativo; sendo também de veras relevante a questão da representação comum em instâncias de dimensão europeia.

Foram dados já contributos muito relevantes para este processo através, nomeadamente, das Parcerias de Desenvolvimento EQUAL "Economia Social". São exemplos, todo o trabalho de articulação territorial e também de comunicação e aprendizagem partilhada à escala nacional (veja-se o Observatório da Intervenção Social e do Desenvolvimento Local); assim como diferentes iniciativas nos domínios da formação, concebida já à escala nacional, incluindo a formação conjunta presencial e a distância - de dirigentes, técnicos e outros trabalhadores; e ainda experiências (iniciadas localmente, mas com vocação de disseminação à escala nacional) de consultoria / formação / intervenção, que visam uma participação activa de todos os intervenientes no diagnóstico da situação interna e na modernização das organizações.

Os primeiros passos no sentido de uma reflexão partilhada, dentro do conjunto heterogéneo do 3º Sector em Portugal, poderiam ser dados, de imediato, a partir de uma reunião de trabalho "de topo", com representantes das direcções nacionais dos sub-sectores já organizados a esse nível (através das suas Uniões, Federações, etc. e de outros actores cooptados para o efeito), onde seriam definidos os "clusters de

questões transversais" prioritárias e constituídos grupos de trabalho com vista à elaboração de documentos estratégicos com base em contactos e debates a organizar com o maior número possível de 'organizações de base' sobre cada um desses conjuntos de problemas.

Dentro de um calendário pré-estabelecido, estes trabalhos temáticos seriam reunidos num documento síntese, representando uma base de imediata negociação com os poderes de decisão, simultaneamente a nível governamental, administrativo e parlamentar.

A necessidade premente de um Quadro institucional e legal para o 3º Sector

Torna-se imprescindível, desde já, uma postura voluntarista por parte dos decisores políticos no nosso país, para que o "capital social" concretizado na presença e nas actividades das organizações cívicas e solidárias seja finalmente objecto de um pleno reconhecimento oficial. E isto através de iniciativas significativas, tanto no sentido da sua inclusão plena entre os "Parceiros Sociais", com uma crescente participação na elaboração e aplicação de determinadas políticas públicas, como no sentido da sua própria modernização e sustentabilidade, graças a medidas de apoio que discriminem positivamente a favor das entidades que demonstrem uma intervenção de natureza reconhecidamente cívica e solidária, visando o interesse geral.

Praticamente desde 1979, aquando da elaboração do estatuto das Instituições Parti-

culares de Solidariedade Social, não surge por parte dos poderes políticos uma iniciativa de maior dimensão tendo por destinatário o 3º Sector, no seu conjunto. É mais que tempo, pois para se proceder, em Portugal, a uma larga e profunda revisão, legal e institucional, no que se refere ao relacionamento Estado, Administração e Sector privado não lucrativo, e dentro deste, fundamentalmente, o conjunto das organizações que actuam em prol do interesse colectivo. Com efeito, o seu papel é hoje, mais do que nunca, indispensável na sociedade portuguesa, numa época em que é dominante a tendência para o Estado não assumir directamente a prestação de serviços que lhe incumbem por obrigação legal ou constitucional. A situação actual, revelada também pela própria execução da Iniciativa Comunitária EQUAL, na sua 1ª Fase, é contudo bastante preocupante, tanto no que refere à efectiva capacidade de muitas destas organizações para, por si sós, se modernizarem e elevarem o grau de eficiência e de eficácia das suas prestações, como no respeitante à inadequação de muitos dos regulamentos e das práticas administrativas em vigor, que tem conduzido muitas destas organizações a situações da maior precaridade e incerteza económicas.

Neste contexto, torna-se pois necessário e urgente redefinir o relacionamento Estado, Administração e 3º Sector cívico e solidário, de uma forma clara e assente em princípios e métodos minimamente codificados. Trata-se, por um lado, de escapar a um certo casuismo e arbítrio hoje existentes, que espalham a insegurança e geram desmotivações, e, por outro lado, formali-

zar em documento de elaboração e aplicação largamente partilhadas o reconhecimento por parte do Estado do valor social, e também económico, destas organizações, e o seu solene compromisso para estabelecer gradualmente com elas uma relação de verdadeira parceria. O processo a iniciar poderá ser semelhante ao dos "Livros Brancos", como actividade preparatória de futuras decisões e deliberações, e de subsequente legislação e inovação institucional: criação de uma comissão, preferentemente de composição alargada e diversificada - representantes políticos (a nível do executivo central, dos grupos parlamentares, dos poderes autárquicos), da administração pública, do próprio sector e especialistas com reconhecido conhecimento e experiência nesta matéria.

O essencial, neste momento, é ultrapassar a actual situação de estagnação, e até de declínio, nesta matéria, e superar um relativo clima de desconfiança mútua que se estabeleceu entre Estado e Administração pública, por um lado, e 3º Sector, por outro. Perante a investida da privatização, impelida pela globalização financeira, os dois sectores devem ganhar uma nova consciência quanto à afinidade dos seus valores específicos, quanto à indispensabilidade do espaço público e quanto à relevância do serviço público, identificando a frutífera complementaridade que existe entre si e definindo, em cooperação, um quadro e regras de relacionamento mútuo.

NOTAS:

(1) Ver "Consolidação, Visibilidade e Reconhecimento para uma Economia Social organizada eficaz e Sustentável". Gabinete de Gestão EQUAL (em curso de publicação).

Projecto "Integrado do Calaiico" Vila Real

Projecto de Luta Contra a Pobreza de Boticas

Caracterização do Projecto:

Entidade Promotora:

Município de Boticas

Entidade Gestora:

Santa Casa da Misericórdia de Boticas

Zona de Intervenção:

Concelho de Boticas, composto por 16 Freguesias, 52 povoações com superfície de 322 Km2 e cerca de 6.500 habitantes

O Projecto "Integrado do Calaiico" numa das suas áreas de intervenção designada "Emprego/Formação", visa um desenvolvimento, sustentável, isto é a construção de um espaço onde o desenvolvimento económico se alie ao desenvolvimento social e humano.

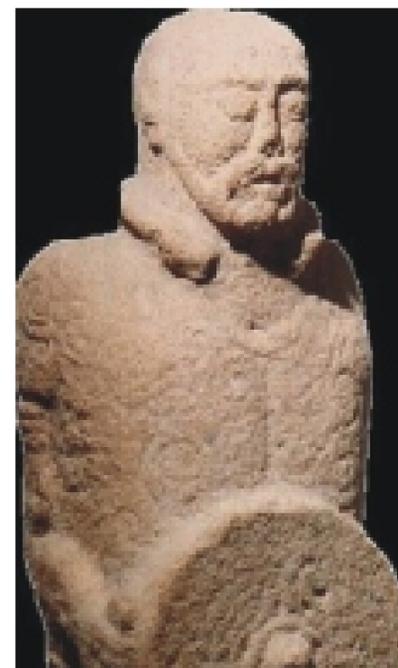
Tornando-se este, um dos lemas da sua acção, pela consciencialização do acervo de necessidades e problemas da população, que arremessam certos grupos sociais mais vulneráveis para a margem da cidadania, emergiu a necessidade de criar respostas integradas e activas capazes de contrariar a causalidade deste fenómeno, invertendo os ciclos de pobreza, fomentando processos de integração/ reintegração no mercado de trabalho.

É neste contexto de coesão e integração social que surgiram as candidaturas ao Programa Operacional, Emprego, Formação e Desenvolvimento Social-Eixo 5-Promoção do Desenvolvimento Social, Acção Tipo 5.1.2.1-Melhorias das Competências Pessoais e Sociais e ao Programa Escolas Oficinas.

No enlance dos objectivos específicos destas medidas, permitiram a 28 formandas a aquisição de competências e saberes na área da Tecelagem e Bordados, bem como efectivar um trabalho ao nível das motivações e auto-estima e ainda:

- Contribuir para a qualificação escolar e profissional de formandas, que à partida estariam excluídas do sistema escolar e formativo.
- Promover a aquisição de conhecimentos teórico-práticos, fundamentais para o exercício da actividade profissional de artesão.
- Permitir ao grupo alvo em situação de desfavorecimento, percursos de inserção sócio-profissional.
- Sensibilizar para a importância social, profissional e tradicional da tecelagem.
- Permitir a continuidade da arte de saber fazer.
- Permitir aos destinatários a inserção profissional, no concelho, potencializado recursos naturais endógenos.

É neste esforço de contribuir duplamente para criar respostas que potenciem a inclusão e reforcem a coesão social e, por outro lado, fortaleçam dinâmicas sócio-locais capazes de promover a empregabilidade dos cidadãos e a sua transição para o mercado de emprego que a economia social, cujo espaço de intervenção é marcadamente local, não deixa por isso de se tornar promotor de dinamismos e desenvolvimento impulsionador de processos de mudança, criando e aproveitando sinergias, respondendo às necessidades fundamentais, valorizando as capacidades numa perspectiva articulada e integrada.



Promoção do Movimento de Economia Solidária nos Açores

Cooperativa Regional de Economia Solidária (CRESAÇOR)



A CRESAÇOR- Cooperativa Regional de Economia Solidária nasceu no âmbito do Projecto de Luta Contra a Pobreza IDEIA (1999-2004) promovido pelo Instituto de Acção Social e pela criação de um programa para o desenvolvimento das Empresas de Inserção sócio-profissional dos Açores, tendo assumido personalidade jurídica em 2000 sob a forma de Cooperativa de Solidariedade Social. A Instituição é constituída por Cooperantes no âmbito da Solidariedade Social, cuja actuação se desenvolve na Região Autónoma dos Açores.

A sua missão é a Promoção do Movimento de Economia Solidária nos Açores, aliando as dimensões do desenvolvimento local, da formação profissional, pessoal e social e da produção e comercialização, tendo para isso desenvolvido como objectivos incrementar o acesso à educação, formação e à incubação do posto de trabalho, no âmbito do Mercado Social de Emprego, apoiar a criação de micro-empresas de inserção social e proceder à promoção, valorização, comercialização e distribuição de produtos das iniciativas de economia solidária das Instituições de Solidariedade Social dos Açores, e prestar serviços de consultoria económico-financeira tendo por objectivo a sustentabilidade e autonomia das micro-empresas de inserção social.

Na prossecução dos seus objectivos a Cresaçor notou a necessidade de delinear um conceito de Economia Solidária que permitisse enquadrar e delimitar as actividades desenvolvidas por si e pelos seus Associados, e em consequência certificar os produtos e serviços de origem de economia solidária.

Este novo conceito de Economia Solidária, lançado pelo Instituto de Acção Social e pela Cresaçor e desenvolvido pela PROACT, procura contrariar a visão restritiva da solidariedade e do social assente numa lógica assistencialista e ainda valorizar a necessidade da prática de uma gestão eficiente e rigorosa com ligação assumida ao mercado, de modo competitivo e que permita obter uma rentabilidade que garanta a autonomia de sustentabilidade das actividades e organizações que dinamizam este conceito.

A Economia Solidária assume-se como uma Economia Nova da Vida Integrada, articulando cinco vertentes fundamentais:

- É, antes de mais, uma actividade económica, ou seja, uma forma de produção e ou distribuição de bens e serviços, de criação de empregos, de geração de rendimentos e de satisfação de necessidades, através dos consumos que viabiliza;
- É promotora de coesão social;

- É respeitadora e valorizadora do meio ambiente;
- É respeitadora e valorizadora da diversidade cultural;
- É baseada numa gestão eficiente, ou seja numa contribuição para a governância integrada das quatro dimensões anteriores;
- Adicionalmente, e como consequência lógica destas cinco características fundamentais, a Economia Solidária deve ainda ser:
 - Territorializada e promotora de desenvolvimento local;
 - Assente numa lógica de investigação-acção, que lhe permita uma constante criatividade e adaptação a novos desafios.

Face à existência de uma rede de entidades que se dedicam à promoção de estratégias activas de emprego, foi desencadeada pela Direcção Regional do Emprego e Formação Profissional, com parecer da Direcção Regional de Solidariedade e Segurança Social, na Região Autónoma dos Açores, a criação do Mercado Social de Emprego, regulado pelo Decreto Regulamentar Regional N.º 29/2000/A, e que tem vindo a ser apoiado essencialmente no âmbito das políticas de solidariedade social. Esta estratégia de inserção social tem vindo a ser exercida num contexto empresarial protegido com carácter transitório - empresas de inserção - permitindo quebrar ciclos de pobreza e marginalida

de social através do aumento da empregabilidade de desempregados desfavorecidos.

As empresas de inserção no âmbito desta medida recebem apoios técnicos e financeiros ao investimento aquisição de equipamento necessário à prossecução dos seus objectivos e apoio financeiro ao funcionamento participação na remuneração mensal dos indivíduos em processo de inserção.

Para cada trabalhador admitido em processo de inserção é elaborado um plano individual de inserção, atendendo ao seu perfil e motivações e às suas necessidades de formação para desenvolvimento e consolidação das suas competências pessoais, sociais e profissionais.

Estas empresas de inserção são incubadas nas diversas instituições de solidariedade social dos Açores, as quais, como complemento aos apoios do Mercado Social de Emprego, estabelecem mediante Protocolo de Cooperação um Acordo com o Instituto de Acção Social que lhes permite financiar o núcleo técnico de apoio psicossocial e na monitorização da actividade profissional e de acompanhamento à inserção social, à produção e prestação de serviços, bem como algumas despesas de funcionamento administrativo.

Seminário "Doença de Alzheimer na Família"

Ângela Molarinho Mendes
Departamento de Protecção Social de Cidadania
Instituto da Segurança Social, IP.

Nos dias 22 e 23 de Novembro de 2004 realizou-se na Fundação Calouste Gulbenkian o Seminário "A Doença de Alzheimer na Família".

Percebe-se o interesse e a pertinência do mesmo, em virtude da doença de Alzheimer (D.A.) ter um forte impacto no doente e nos familiares/núcleo de relações pessoais que com eles interagem no quotidiano, aliados ao facto de a redefinição da estrutura etária na sociedade portuguesa prever, que o peso dos idosos na estrutura populacional aumente de forma significativa.

A doença de Alzheimer é uma doença degenerativa dado que, lenta e progressivamente, destrói as células cerebrais. O início da doença de Alzheimer geralmente ocorre após os 65 anos de idade, embora não seja raro que esta se manifeste mais cedo. Como doença crónica, tem uma evolução em média, de 2 a 10 anos, sendo que os sintomas implicam geralmente uma deterioração gradual, lenta e irreversível da capacidade de funcionamento da pessoa. Os danos cerebrais afectam o funcionamento mental nomeadamente memória, atenção, concentração, linguagem, pensamento, que por sua vez tem repercussões no seu comportamento.

A prevalência da D.A irá registar assim, um aumento considerável, sendo que actualmente afecta 8 a 15% da população com mais de 65 anos de idade. Em Portugal estima-se em 60 mil o número dos doentes de Alzheimer e que este número duplique no ano 2005.

Mas, a tradução estatística da doença, não consegue por si só, demonstrar como esta situação clínica afecta os indivíduos e as famílias que a vivenciam. "À volta de Alzheimer" há ainda um silêncio desamparado. A imagem estereotipada que se tem da demência, levou à incapacidade de se criar uma percepção empática da doença.

O confinar os doentes, devido às características da doença, no perímetro geográfico da casa, arrastado no tempo, enclausura-os no seu próprio sofrimento, na sua própria solidão. Enclausura também os cuidadores.

Esta indiferença que temos mantido impede-nos de conviver e viver com os doentes de Alzheimer.

Visualizar a doença nos seus diferentes vectores; conhecer mais detalhadamente a realidade vivenciada; entender a doença; criar parcerias, cumplicidades e solidariedades com o objectivo de criar recur-

alzheimer
PORTUGUESA



sos, desenvolver e apoiar famílias e doentes poderá favorecer um acompanhamento mais adequado e ser um suporte efectivo às pessoas com doença de Alzheimer e suas famílias.

Considerando a importância de uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar sobre esta problemática foram intervenientes Técnicos das diversas áreas que trabalham com doentes de Alzheimer: Médicos de Família, Médicos Psiquiatras, Juristas, Assistentes Sociais, Psicólogos, Terapeutas, bem como Familiares que deram o seu testemunho sobre o impacto devastador resultante da vivência da intensa prestação de cuidados a doentes de Alzheimer.

O seminário contribuiu assim para conjugar esforços e saberes, partilhando perspectivas diversificadas e criativas sendo que o ISS I.P. numa colaboração estreita com a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos dos Doentes de Alzheimer esteve representado no painel Impacto na Família "Doença de Alzheimer na Família "O Outro Lado de Espelho" apresentado pela Assistente Social Ângela Mendes e "O Impacto da Doença de Alzheimer na Esfera Familiar -Um estudo exploratório" apresentado pela Assistente Social Ana Gil.

Encontros Regionais da Rede Social

José Luís Castro
Área da Rede Social
Instituto da Segurança Social, IP.



Decorreram nos meses de Novembro e Dezembro de 2004 os primeiros Encontros Regionais da Rede Social, com o tema "Desenvolvimento local - que desafios?".

Organizados em parceria pelo Instituto de Segurança Social e pela ANIMAR Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, os quatro Encontros realizaram-se em Gouveia, Beja, Vialonga e Macedo de Cavaleiros e contaram com a participação de mais de 600 técnicos e dirigentes com actividade nas redes locais.

Estes Encontros tiveram como **objectivos** promover a reflexão/informação sobre os processos de implementação da Rede Social, a troca de experiências entre concelhos e a divulgação de boas práticas no âmbito do desenvolvimento local.

Tendo decorrido de forma muito participada, os encontros permitiram retirar importantes conclusões e definir linhas de actuação futuras para o trabalho das Redes Sociais.

A **metodologia** utilizada nos Encontros Regionais foi o trabalho em workshops, com um máximo de 20 participantes, dirigidos por um animador e contando com um relator para apresentar síntese das conclusões em plenário.

Os temas debatidos nos workshops foram: 1) Sustentabilidade da Rede Social, 2) Sistemas de Informação e Marketing da Rede Social, 3) Promoção de Redes e Parcerias Eficientes e Eficazes no Desenvolvimento Sócio-local, 4) Articulação entre Economia, Território e Solidariedade e 5) Contributos da Rede Social para a Melhoria da Qualidade de Vida dos Cidadãos, temas previamente seleccionados após consulta às Redes Sociais locais e à ANIMAR.

Os desafios lançados aos participantes no início dos Encontros, relativos aos temas em debate, e a apresentação das sínteses conclusivas finais, estiveram a cargo de personalidades convidadas: o Dr. Alcides

Monteiro da UBI, o Dr. Roque Amaro do ISCTE, Dr. António Correia da CERCÍ Peniche, o Dr. Carlos Ribeiro da Associação Nacional de Oficinas de Projectos, o Dr. Alberto Melo da Universidade do Algarve, o Dr. Marcos Olímpio da Universidade de Évora e o Dr. Luís Moreno da Universidade Clássica de Lisboa.

Em cada Encontro foi convidada uma entidade associada da ANIMAR, com o objectivo de apresentar um projecto de intervenção integrada, bem sucedido.

Os Encontros Regionais foram muito produtivos tendo-se chegado a um número significativo de **propostas concretas**.

Entre várias sugestões para garantir a sustentabilidade da Rede Social podem-se salientar as relativas à necessidade de articulação inter-ministerial e de um novo quadro legal regulamentador, reflectindo a experiência local, para substituir a RCM 197/97.

Outros aspectos a destacar são a importância da articulação entre as várias medidas de política e programas nacionais e também dos diferentes planos sectoriais (saúde, educação, habitação), e a necessidade de garantir o financiamento da concretização das acções prioritárias dos Planos de Desenvolvimento Social (PDS). Foi unânime o apelo à articulação da Rede Social e dos PDS locais com o PNAI para garantir uma eficaz concretização de ambos.

Uma questão considerada essencial para a afirmação do papel das redes locais é de que os pareceres das redes locais relativos a candidaturas passem a ser obrigatórios e vinculativos, dando sequência ao esforço de planeamento integrado e participado.

Num plano organizativo, relativo ao funcionamento eficaz e eficiente das parcerias, foi salientada a importância de um maior envolvimento político das autarquias e dos dirigentes das diferentes entidades, a necessidade de participação de entidades

privadas. Foi também afirmada a importância de uma gestão cada vez mais profissionalizada da Rede, devendo ser assegurados os meios financeiros indispensáveis ao funcionamento das redes locais.

Igualmente salientada foi a necessidade de recorrer a estratégias de marketing social para dar visibilidade sistemática aos resultados obtidos no desenvolvimento das intervenções das redes locais.

No plano da intervenção social concreta das redes salientou-se a importância de as redes locais responderem sistematicamente aos problemas dos cidadãos. Nesse sentido, foi defendida a necessidade de reinventar as formas de intervenção social, por exemplo, desenvolvendo o atendimento integrado, criando novos modelos organizacionais nos serviços em modalidades diversas e dando maior autonomia para a acção dos técnicos.

Ainda na perspectiva do contributo das Redes Sociais para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos afirmou-se a necessidade de as entidades públicas e privadas avançarem para formas contratualizadas de intervenção, para concretizar projectos integrados em áreas prioritárias e a importância do envolvimento das populações locais.

Em todos os Encontros ficou muito clara a relação dos princípios e práticas da rede com as características do desenvolvimento local. Nesse sentido salientou-se a importância de as Redes terem uma perspectiva integrada que deve privilegiar o económico, bem como o importante contributo que as associações de desenvolvimento local poderão dar para a implementação das redes sociais locais.

As conclusões dos Encontros mostraram as potencialidades das redes sociais locais para contribuírem para a inclusão de cidadãos e territórios, promovendo um planeamento participado de base territorial e gerando novas respostas para os problemas específicos dos cidadãos.

Legislação Publicada nos meses de Outubro a 2004 a Janeiro de 2005

Mónica Baptista
CRC - ISS, I.P.

OUTUBRO 2004

·Determina os valores dos coeficientes de revalorização a aplicar na actualização das remunerações registadas que servem de base de cálculo às pensões iniciadas durante o ano de 2004. **Portaria n.º 1268/2004. DR Série I-B 234 (2004-10-04)**;

·Aprova as normas que estabelecem os critérios de atribuição do subsídio de sobrevivência, do subsídio mensal complementar e dos apoios sociais de natureza eventual. **Despacho Normativo n.º 41/2004. DR Série II 251 (2004-10-25) 6397-6399**;

·Cria a linha de financiamento Inclusão Digital - Linha de apoio financeiro ao Programa Nacional para a Participação dos Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação. **Portaria n.º 1354/2004. DR Série I-B 251 (2004-10-25) 6394-6397**;

·Aprova o financiamento supletivo ao regime geral de ajudas técnicas às pessoas com deficiência. **Despacho conjunto n.º 632/2004. DR Série II 253 (2004-10-27) 15 701**;

NOVEMBRO 2004

·Estabelece os valores máximos e as normas reguladoras das mensalidades a praticar pelos estabelecimentos de educação especial com fins lucrativos, habitualmente designados por colégios, tutelados pelo Ministério da Educação. Revoga a Portaria n.º 417/2004, de 22 de Abril. **Portaria n.º 1380/2004. DR Série I-B 258 (2004-11-03) 6506-6508**;

·Estabelece os valores máximos e as normas reguladoras das mensalidades a praticar pelas cooperativas e associações de ensino especial para efeitos de atribuição do subsídio de educação especial no âmbito das prestações familiares e da determinação das participações financeiras aos estabelecimentos de educação especial sem fins lucrativos para o exercício da acção educativa. Revoga a Portaria n.º 416/2004, de 22 de Abril. **Portaria n.º 1381/2004. DR Série I-B 258 (2004-11-03) 6508**;

·Estabelece os valores e critérios de determinação das participações das famílias na frequência de estabelecimentos de educação especial por crianças e jovens com deficiência, com vista ao cálculo do respectivo subsídio de educação especial, previsto no âmbito das prestações familiares, que integra os regimes de segurança social e de protecção social da função pública. **Portaria n.º 1383/2004. DR Série I-B 260 (2004-11-05) 6595-6596**;

·Fomento de hábitos de leitura. **Resolução AR n.º 72/2004. DR Série I-A 266 (2004-11-12) 6722**;

DEZEMBRO 2004

·Actualiza as prestações de invalidez, de velhice e de sobrevivência, bem como as pensões de doença profissional dos subsistemas previdencial e de solidariedade. **Portaria n.º 1475/2004 DR Série I-B 297 (2004-12-21) 7249-7253**;

·Aprova os objectivos e vectores estratégicos da proposta da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2005-2015 e define o processo de elaboração da versão final da ENDS e das respectivas fichas estratégicas. **Resolução do Conselho de Ministros n.º 180/2004. DR Série I-B 298 (2004-12-22) 7256**;

·Ajudas técnicas para pessoas com deficiência. **Despacho n.º 26390/2004. DR Série II, 298 (2004-12-22) 18 954-18 957**;

·Aprova os modelos de cartão de identificação de segurança social - pessoa singular e de cartão de identificação de segurança social - pessoa colectiva. Revoga a Portaria n.º 1360/2003, de 13 de Dezembro. **Portaria n.º 1483/2004. DR Série I-B 299 (2004-12-23) 7298-7300**;

·Grandes Opções do Plano para 2005. Lei n.º 55-A/2004. **DR Série I-A 1º Suplemento, 304 (2004-12-30) 7412 (2) 7412 (160)**;

·Orçamento do Estado para 2005. Lei n.º 55-B/2004. **DR Série I-A 2º Suplemento, 304 (2004-12-30) 7412 /162) 7412 (493)**;

JANEIRO 2005

·Aprova a orgânica do Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança. Decreto-Lei n.º 5/2005. **DR Série I-A 3 (2005-01-03) 43-48**;

·Programa para a Inclusão e Desenvolvimento (PROGRIDE) - Torna-se necessário determinar, para o ano de 2005, quais os territórios onde se torna possível financiar os projectos apoiados no âmbito da medida n.º 1, bem como os prazos para a entrega das candidaturas relativas a estes projectos. Despacho n.º 24/2005. **DR Série II 1 (2005-01-03) 14-16**;

·Aprovação do regulamento que define os princípios, regras e procedimentos a que deve obedecer a execução do Programa para a Inclusão e Desenvolvimento, que consta em anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante. Despacho n.º 25/2005. **DR Série II 1 (2005-01-03) 16-25**;

·Aprova a realização do programa "Saúde e termalismo sénior 2005", nos termos e condições expressos na proposta apresentada pelo INATEL, entidade a quem compete a gestão do programa a nível nacional. **Despachos conjuntos n.º 46/2005 e 47/2005 DR Série II 9 (2005-01-13) 570-571**;

·Cria, na dependência do Ministro das Finanças e da Administração Pública, a estrutura de missão designada «Intervenção Operacional da Administração Pública». Resolução do CM n.º 17/2005. **DR Série I-B 13 (205-01-19) 437-439**;

·Cria condições técnicas de medidas de curto prazo que reforcem a eficácia do combate às situações de desemprego de longa duração e de desemprego de jovens. **Portaria n.º 71/2005. DR Série I-B 17 (2005-01-25) 570-571**;

·Aprova o relatório de execução anual do II Plano Nacional contra a Violência Doméstica e cria uma estrutura de missão denominada «Estrutura de Missão contra a Violência Doméstica». **Resolução do CM n.º 21/2005. DR Série I-B 20 (2005-01-28) 706-716**;

·Determina o preço base global da refeição para os concursos públicos de fornecimento de refeições para o ano de 2005 nos refeitórios da administração central. **Despacho n.º 2182/2005. DR Série II 21 (2005-01-31) 1444**.

Bibliografias Temáticas: Microcrédito Responsabilidade Social das Empresas

Susana Cardoso
CRC - ISS, I.P.

Camarotti, Ilka, **O que as empresas podem fazer pela erradicação da pobreza** [Documento electrónico]. São Paulo: Instituto Ethos, 2003, 114 p. http://www.uniethos.org.br/_uniethos/documentos/manual_pobreza_pdf

Cidades europeias sustentáveis [Documento electrónico]: resumo final. Bruxelas: Comissão Europeia, 1996, 18 p. <http://europa.eu.int/comm/environment/urban/pdf/exsum-pt.pdf>

Cruz, Renato, **O que as empresas podem fazer pela Inclusão digital** [Documento electrónico]. São Paulo: Instituto Ethos, 2004, 110 p. http://www.uniethos.org.br/_uniethos/Documentos/Mn%20Inclusao%20Digital.pdf

Comissão Europeia. **Corporate social responsibility** [Documento electrónico]: a business contribution to sustainable development. Luxemburgo: OOEPEC, 2002, 30 p. http://europa.eu.int/comm/employment_social/publications/2002/ke4402488_en.pdf

Comissão Europeia. **Livro verde promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas** [Documento electrónico]. Bruxelas: CCE, 2001, 35 p. http://www.sairdacasca.com/recursos/docs/livro_verde_rs.pdf

Comunicar o desenvolvimento sustentável [Documento electrónico]: encontrar o equilíbrio. [s.l.]: WBCSD, 2004, 62 p. http://www.sairdacasca.com/recursos/docs/Comunicar_DS.pdf

Declaração europeia das empresas contra a exclusão social [Documento electrónico]. <http://www.talentum.pt/html/home.htm>

Evaluation of approaches to integrating sustainability into community policies [Documento electrónico]. [Bruxelas]: European Commission, 2004, 109 p. http://europa.eu.int/comm/sustainable/docs/Report_Evaluation_of_Approaches.pdf

Fantova, Fernando, **"Tercer sector y acción social: trayectorias y contextos"**. In Documentación social: revista de estudios sociales y de sociología aplicada - Madrid: CE, n.º 134 (2004), p. 109-124.

Les codes volontaires [Documento electrónico]: guide d'elaboration et d'utilisation. Gouvernement du Canada: Canada, 1998, 40 p. <http://strategis.ic.gc.ca/pics/caf/codesvol.pdf>

O compromisso das empresas com a valorização da mulher [Documento electrónico]. São Paulo: Instituto Ethos, 2004, 67 p. http://www.uniethos.org.br/_uniethos/documentos/valoriz_mulher.pdf

O desafio do desenvolvimento sustentável nas empresas portuguesas [Documento electrónico]: relatório. Lisboa: Deloitte, 2003, 60p. <http://www.bcsdportugal.org/files/100.pdf>

OIT. **Declaração da OIT sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho** [Documento electrónico]. [sl]: 1998, 6 p. http://www.ilo.org/public/portugue/region/ampro/brasil/inf/download/declarac_port.pdf

ONU. **Ano Internacional do Microcrédito 2005** [Documento electrónico]: carta de intenções. Lisboa, 2004, 2 p. <http://www.microcredito.com.pt/Conferencia/ConfDocumentos/AIMMCartadelIntencoes.pdf>

ONU. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Cultural liberty in today's diverse world [Documento elec-

trónico]. New York: UNDP, 2004. (Human Development Report; 2004). http://www.sairdacasca.com/recursos/docs/HDR_PNUD.pdf

O que as empresas podem fazer pela criança e pelo adolescente [Documento electrónico]. São Paulo: Instituto Ethos; Fundação Abrinq pelos direitos da Criança, 2000, 77 p. http://www.uniethos.org.br/_uniethos/documentos/manual_cri9an_adol.pdf

Parecer de iniciativa sobre a responsabilidade social das empresas (aprovado em plenário de 17 de Janeiro de 2003) [Documento electrónico]. Lisboa: [Conselho Económico e Social], 2003, 26 p. http://www.rseportugal.org/ser/documentos/rs/parecer_ces_ser.pdf

Pinto, Gonçalo Rebelo, **Responsabilidade social das empresas** [Documento electrónico]: estado de arte em Portugal 2004. Lisboa: Ceca, 2004. <http://www.bcsdportugal.org/files/236.pdf>

Primeiros passos [Documento electrónico]: guia para a responsabilidade social das empresas. [Lisboa]: GRACE, 2004, 56 p. <http://www.grace.pt>

Recueil de pratiques pour l'accompagnement des créations de petites entreprises [Documento electrónico]. [Paris]: Éficea, 2000, 68 p. http://www.microcredito.com.pt/documentos/PratiquesAcompagnement_fr.pdf

Rego, Arménio, e outros, **Gestão ética e responsabilidade social das empresas** [Documento electrónico]: um estudo da situação portuguesa comparação com Espanha, 2003, 41 p. <http://www.sairdacasca.com/recursos/docseestudos.asp>

Verbeeren, Pierre, **Guide pratique sur le micro-crédit** [Documento electrónico]: l'expérience du prêt solidaire. Belgique: Fondation Roi Baudouin, 2003, 65 p. <http://www.microcredito.com.pt/documentos/MicrocreditoBe.pdf>

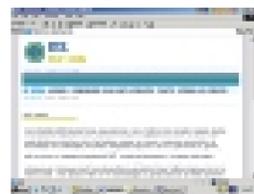
Yunus, Muhammad, **Halving poverty by 2015** [Documento electrónico]: we can actually make it happen. London: Commonwealth Institute, 2003, 17 p. <http://www.microcredito.com.pt/documentos/HalvingPovertyBy2015.pdf>



Sites Responsabilidade Social das Empresas

Alexandra César
CRC - ISS, I.P.

RSE Portugal
<http://www.rseportugal.org>



GRACE (Portugal)
<http://www.grace.pt>



BCSD Portugal Conselho Empresarial
para o Desenvolvimento Sustentável
<http://www.bcsdportugal.org>



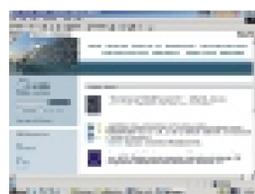
Sair da Casca (Portugal)
<http://www.sairdacasca.com/homepage.asp>



Instituto ETHOS (Brasil)
<http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?Alias=Ethos&Lang=pt-BR>



CSR Europe
<http://www.csreurope.org>



ORSE - Observatoire sur la
Responsabilité Sociétale des Entreprises
<http://www.orse.org/>



Observatorio de Responsabilidad Social
Corporativa (Espanha)
<http://www.obrsc.org/index.html>



Corporate Social Responsibility
- CSR.gov.uk (Reino Unido)
<http://www.csr.gov.uk/>



World Strategies.Org International
Consulting
<http://www.worldstrategies.org/>



Novidades Editoriais

Alexandra César
CRC - ISS, I.P.

• Convenção sobre os direitos da criança

Publicação (2004) do Instituto da Segurança Social, I.P., editada no âmbito da actividade da Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco, desta Convenção, ratificada por Portugal, que continua a ser um texto de referência obrigatória de direito internacional.

• Planeamento de equipamentos colectivos do sector da Segurança Social

(Citação do resumo da autora)

«Esta dissertação [2004] pretende estudar a problemática do planeamento de equipamentos colectivos do sector da segurança social, aplicada, em particular, aos equipamentos de Creche e Centro de Actividades de Tempos Livres, na área da infância e juventude, e Centro de Dia e Lar de Idosos, na área da população idosa.

• Dinâmicas de transformação das relações laborais em Portugal

Publicado em 2004, este livro analisa de forma aprofundada a transformação gerada nas empresas portuguesas de forma a responderem cabalmente aos novos desafios impostos.

• Families in global perspective

Publicado em 2005, este livro reúne os contributos de vários especialistas no estudo da evolução, organização e comportamento das famílias mundiais, abrangendo realidades tão diversas como a Índia, Egito, Rússia, Brasil ou África do Sul.

(Tradução livre do resumo elaborado pelo editor)

• Relational social work.

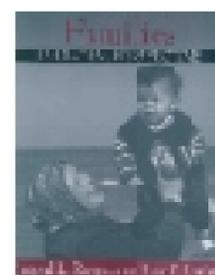
Toward networking and societal practices

Publicação de 2004, cujo conteúdo contribui para uma aprofundada reflexão no reconhecimento daquilo que são as diferentes teorias do trabalho e as práticas sociais, inseridas em realidades culturais, sociais, políticas e económicas muito diversas.

• Actas IX Encontro Nacional Lisboa, 2001 e X Encontro Nacional Porto, 2003

Publicação (2004) das actas dos encontros realizados pela Associação de Profissionais de Educação de Infância (APEI) em Lisboa e Porto, nos anos de 2001 e 2003 respectivamente.

O IX Encontro, sob o título "A Educação de Infância na Viragem do Século", versou as seguintes temáticas: Sessão comemorativa dos 20 anos da APEI; Construção da identidade profissional; Desafios educativos na viragem do século; Outros contextos educativos; Inovação e formação; Apresentação do relatório da O.C.D.E. Educação pré-escolar. E o X Encontro, sob o título "Pensar Educação de Infância, A Construção de Práticas de Qualidade", versou as seguintes temáticas: Outros olhares sobre o perfil de desempenho do educador de infância; A construção da profissionalidade: a intervenção do educador em diferentes contextos educativos; Novos desafios para a construção de uma prática de qualidade.



O ISS, I.P.
gostava
de lhe dizer
que...

O ISS, I.P. CELEBRA
PROTOCOLOS DE
COLABORAÇÃO COM AS
UNIVERSIDADES



O ISS, I.P. está a dinamizar a celebração de Protocolos com as Universidades e Institutos Superiores com o objectivo de, numa lógica de reciprocidade, aprofundar conhecimentos e competências nas áreas de intervenção deste Instituto. Simultaneamente, esta cooperação poderá alargar-se ao acolhimento de estágios curriculares, profissionais, nos vários níveis de ensino superior (licenciatura, mestrado e doutoramento).

Foram já assinados Protocolos com:

- Instituto Superior de Psicologia Aplicada
- Universidade de Coimbra
- Universidade Portucalense Infante D. Henrique
- Universidade de Trás os Montes e Alto Douro
- Universidade do Porto
- Universidade do Algarve
- Universidade da Beira Interior
- Universidade de Lisboa
- Universidade Nova de Lisboa
- Universidade de Évora
- Universidade Católica Portuguesa
- Universidade do Minho
- Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Instituto Superior de serviço Social (CESDEI)
- Instituto Politécnico de Viseu
- Instituto Piaget

SITE DO VOLUNTARIADO

O CNPV lançou no dia 7 de Março p.p, um Site na Internet sobre Voluntariado www.voluntariado.pt, projecto que foi desenvolvido em estreita articulação com os Gabinetes de Sua Ex.ª o Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança e do Sr. Secretário de Estado Adjunto e com a colaboração do IIES, IP. O seu objectivo é a promoção e qualificação do voluntariado, através da prestação de esclarecimentos sobre legislação e informações úteis, da divulgação de acções das organizações promotoras, testemunhos de voluntários, agenda com os principais eventos, publicações e sistematização de estudos, entre outros.



Uma das mais valias associadas ao referido Site diz respeito à possibilidade que é facultada ao candidato a voluntário de ser encaminhado para a organização promotora que corresponda às suas expectativas, cuja pesquisa por localização geográfica, domínio de actividade e público alvo, passa a ser possível.

Por outro lado, possibilitará a actualização *on-line* de Base de Dados do CNPV, através do preenchimento da ficha de caracterização por parte das organizações promotoras de voluntariado, constituindo uma porta aberta de permanente contacto com pessoas e organizações envolvidas em actividades de Voluntariado, nacionais e

estrangeiras.

Foi, também, publicado o Manual para Formadores em Voluntariado, uma iniciativa do CNPV, com o apoio do ISS, resultante de um grupo de trabalho que incluiu representantes de várias organizações promotoras de voluntariado.

O Manual constitui-se como um contributo para a Qualificação do exercício do Voluntariado, conjuntamente com a criação de uma bolsa de formadores e a realização de acções de formação descentralizadas pelo país.

PROGRIDE

Entre 15/01 e 15/02/05 decorreu o período de candidaturas à Medida 1 do PROGRIDE, conforme o previsto no Despacho nº 24/2005, de 7/12, publicado no DR nº 1, II série de 3 de Janeiro de 2005. Para um melhor esclarecimento e informação às entidades interessadas, foram disponibilizados durante este período, uma linha azul e um endereço electrónico, utilizados por mais de 750 pessoas e, ou entidades, designadamente e entre outras, autarquias e instituições particulares de solidariedade social.

Esteve ainda disponível informação complementar sobre o programa, no site da Segurança Social, www.seg-social.pt.

Foram recepcionadas nos Centros Distritais de Segurança Social 219 candidaturas a esta medida, que se encontram em fase de apreciação, conforme o previsto no Regulamento do programa.

EECOS

O ISS, IP PARTICIPOU NA FEIRA SOCIAL



Entre os dias 18 a 20 de Março, realizou-se na Praça do Comércio, em Lisboa, a primeira mostra anual da Acção Social Portuguesa, subordinada ao tema "Sustentabilidade dos Projectos Sociais".

O evento contou com a presença do Instituto da Segurança Social, I.P. que, de uma forma activa junto da população, procurou divulgar Programas e Medidas desenvolvidos no âmbito da intervenção social e aproximar o cidadão à Segurança Social.

Durante os três dias, foram muitos os que visitaram o *stand* interessados pelas temáticas disponíveis e nem sempre acessíveis, na procura de informação e esclarecimento de dúvidas. Houve ainda quem aproveitasse a oportunidade para deixar sugestões.

A participação foi positiva. O público em geral, cada vez mais sensibilizado para este tipo de acções, estudantes e profissio-

nais de serviço social, contaram com um espaço privilegiado de interacção que correspondeu às suas expectativas.

A Feira Social '05, organizada em parceria pela Associação CAIS, o Governo Civil de Lisboa, a Câmara Municipal de Lisboa e o ACIME, constituiu-se como um espaço de exposição, celebração e partilha, onde se afirmou a co-responsabilidade entre sociedade, Estado e empresas, que se devem unir e empenhar na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

PLANO DE INTERVENÇÃO IMEDIATA Caracterização da Situação das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2004

No cumprimento do art.º 10.º do capítulo V da Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto (Lei da Adopção), foi elaborado o 1.º relatório sobre a evolução dos projectos de vida das crianças e jovens que estão acolhidos em lares, centros de acolhimento e famílias de acolhimento. Este trabalho foi levado a cabo pelo Departamento de Protecção Social de Cidadania e pela Área de Investigação e Conhecimento do ISS, I.P., em estreita colaboração com os CDSS, SCM de Lisboa, IAS dos Açores e CSS da Madeira, entidades responsáveis pela recolha da informação. Neste primeiro ano, foi possível caracterizar a situação de 10.714 crianças e jovens, o que corresponde a 70,7% do total. Este relatório é de presen-

tação anual obrigatória à Assembleia da República, encontrando-se em fase de preparação o sistema de recolha de informação para o ano de 2005.

PAII

O Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII), que decorre do Despacho Conjunto n.º 259/97, de 8 de Agosto, dos Ministros da Saúde e da Segurança Social, tem actualmente em desenvolvimento 79 projectos de promoção local, abrangendo um total de 3967 utentes.

Em Fevereiro de 2005 foram aprovados pelos Ministros da Segurança Social, da Família e da Criança e da Saúde os Planos Anuais do PAII relativos a 2004 e 2005, abrangendo, respectivamente, 26 e 54 projectos para um total de 4879 utentes.

Destes 80 projectos, 57 são SAD (Serviço de Apoio Domiciliário), 8 CAD (Centro de Apoio a Dependentes/Centro Pluridisciplinar de Recursos) e 15 FORHUM (Formação de Recursos Humanos).

Geograficamente estes projectos encontram-se distribuídos da seguinte forma: Aveiro (2); Braga (5); Castelo Branco (3); Coimbra (9); Faro (3); Guarda (5); Leiria (4); Lisboa (25); Porto (6); Santarém (2); Setúbal (3); Viseu (12); RA Açores (1).